

JULGAMENTO DE RECURSO SEI Nº 28391598/2026 - SAP.CVN.ACP

Joinville, 10 de fevereiro de 2026.

FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 27233551/2025/PMJ

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO DE PESSOAS FÍSICAS OU PESSOAS JURÍDICAS SEM FINS LUCRATIVOS, NA MODALIDADE FMIC, PARA FIRMAR TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL QUE OBJETIVEM PROJETOS CULTURAIS CONSIDERADOS RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE.

RECORRENTE: ROBERTA KELLY GODOY

I - DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente por **ROBERTA KELLY GODOY**, em 29 de janeiro de 2026, solicitando a revisão da decisão de inabilitação, projeto: Chair Tango - Mulheres em Movimento.

II - DAS FORMALIDADES LEGAIS

Nos termos do artigo 165 da Lei Federal n.º 14.133/21, cumpridas as formalidades legais para admissibilidade do recurso, posto que a Recorrente manifestou interesse em apresentar recurso em face do julgamento da habilitação, dentro do prazo concedido, isto é, conforme constante na "[Ata de Julgamento \(28217097\)](#)", publicada no site do Município de Joinville.

Cabe registrar que, após o prazo concedido para apresentação das razões recursais, automaticamente foi aberto prazo para as devidas contrarrazões (28265740).

III - DA SÍNTESE DOS FATOS

Em 21 de outubro de 2025 foi deflagrado o Edital de Chamamento Público nº 27233551/2025/PMJ, na modalidade FMIC, para firmar Termo de Compromisso Cultural, que objetivem projetos culturais considerados relevantes para o desenvolvimento da cidade, com fulcro na Lei Municipal nº 5.372/2005, Decreto Municipal nº 49.237/2022, subsidiariamente a [Lei Federal nº 14.133/2021](#), [Decreto Municipal nº 68.355/2025](#), Portaria nº 114/2025 (26391492), Portaria nº 605/2025 (27776379), Portaria nº 111/2025/SECULT (26364300) e Instrução Normativa nº [33/2024](#), do Tribunal de Contas do Estado (SC).

O recebimento das propostas ocorreu até o dia 12 de dezembro de 2025, sendo que no dia 17 de dezembro de 2025 foi realizada a reunião entre os membros da Comissão Permanente de Licitação para acolhimento das propostas e documentos protocolados pelos interessados. A Ata de Recebimento (27887852) foi devidamente publicada no site da Prefeitura Municipal de Joinville em 17 de dezembro de 2025.

Em 27 de janeiro de 2026 foi realizada a reunião para julgamento dos documentos de habilitação pela Comissão Permanente de Licitação, sendo a Ata do Julgamento (28217097) publicada no site da Prefeitura Municipal de Joinville em 27 de janeiro de 2026.

Inconformada com o julgamento que não indicava a sua proposta entre os interessados habilitados, interpôs o presente recurso administrativo (28255518).

Transcorrido o prazo recursal, foi aberto prazo para contrarrazões (28265740), sem manifestação dos demais participantes.

IV - DAS RAZÕES DA RECORRENTE

A Recorrente dispõe em suas razões recursais, interpor recurso administrativo em face da inabilitação do projeto cultural: Chair Tango - Mulheres em Movimento (Proposta 25.0.305406-9), inscrito no Edital Nº 27233551/2025 PMJ, na modalidade FMIC, cuja justificativa apresentada foi, "ausência de vínculo com Processos de Habilitação".

Após buscar esclarecimentos junto ao SIMDEC, e, a SECULT, foi identificado que a inabilitação decorreu de um equívoco no momento do cadastramento, uma vez que o edital previa o protocolo do projeto cultural em campo específico do sistema e o envio da documentação de habilitação em campo distinto. No entanto, realizou o envio de todas as informações e documentos em um único local, por interpretação equivocada do procedimento. Ressaltou que tal interpretação ocorreu em razão de que, em editais anteriores nos quais teve projeto aprovado, o sistema adotava essa mesma forma de cadastramento, o que acabou gerando a confusão quanto à divisão dos campos neste edital específico. Destacou que todos os documentos exigidos e o vínculo do proponente com o projeto existem e estão regulares, não havendo ausência de conteúdo ou de atendimento aos requisitos previstos no edital, mas apenas um erro formal de protocolo.

Diante disso, solicita, respeitosamente, a reconsideração da decisão de inabilitação, com a reanálise do projeto e da documentação apresentada, à luz do princípio da razoabilidade e do aproveitamento dos atos administrativos.

V - DO MÉRITO

Inicialmente, ressalta-se que as decisões tomadas no contexto deste chamamento público guardam estrita consonância com a legislação vigente, pautando-se pela observância irrestrita aos princípios que norteiam a Administração Pública, notadamente os da igualdade e da vinculação ao instrumento convocatório. Tais preceitos encontram-se expressamente dispostos no Artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, que impõe a aplicação dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como dos dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

A fase habilitatória foi consolidada na Ata de Julgamento SEI nº 28217097, que formalizou a inabilitação da Recorrente por descumprimento ao item "3.1 - Os interessados em participar do presente Chamamento Público deverão protocolar os documentos de habilitação contendo os requisitos e documentos constantes no item 4.1 deste Chamamento Público na aba "[Autosserviço](#)", no serviço "[Req. para Cadastro Documentos de Habilitação - Parceria](#)", no site oficial do [Município](#), e do projeto cultural contendo os requisitos e documentos constantes no item 4.2 deste Chamamento Público na aba "[Autosserviço](#)", no serviço "[Req. para Cadastro Proposta - Parceria](#)", no site oficial do [Município](#)", do Edital nº 27233551/2025/PMJ.

Conforme a regra editalícia, o protocolo dos documentos de habilitação e do projeto cultural deveria ocorrer em abas distintas e específicas do sistema ('Autosserviço'), seguindo os ritos dos itens 4.1 (obrigatoriedade de apresentação dos documentos de habilitação) e 4.2. (obrigatoriedade de apresentação dos documentos do projeto cultural). Ocorre que a interessada realizou o protocolo em desconformidade com o disposto no documento editalício e no Manual do Proponente FMIC 2025 (<https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2025/12/Manual-do-Proponente-FMIC-2025.pdf>), ou seja, protocolando os documentos relacionados à habilitação na aba "Req. para Cadastro Proposta - Parceria".

Ressalte-se que, nos termos do item 12.7, a participação no certame implica aceitação integral e irretratável das normas do edital. Portanto, ante a inobservância das formalidades exigidas no momento oportuno, impõe-se a manutenção do julgamento de inabilitação proferido pela Comissão Permanente de Licitação.

Em face das condições estabelecidas no instrumento convocatório e em estrita observância aos preceitos legais e à supremacia do interesse público, a Comissão Permanente de Licitação **decide pelo não provimento ao recurso** apresentado.

VI - DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, decide-se **CONHECER** o recurso interposto por **ROBERTA KELLY GODOY**, referente ao Chamamento Público nº 27233551/2025/PMJ, para, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO** ao recurso.

Andrea Cristina Leitholdt
Presidente da Comissão

Felipe Monteiro Barbosa
Membro da Comissão

João Paulo Campos

Membro da Comissão

De acordo,

Acolho a decisão da Comissão Permanente de Licitação em **CONHECER E NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto pela Recorrente **ROBERTA KELLY GODOY**, com base em todos os motivos acima expostos.

Ricardo Mafra
Secretário

Silvia Cristina Bello
Diretora Executiva



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Cristina Leitholdt, Servidor(a) Público(a)**, em 18/03/2026, às 10:46, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Joao Paulo Campos, Servidor(a) Público(a)**, em 18/03/2026, às 10:53, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Monteiro Barbosa, Servidor(a) Público(a)**, em 18/03/2026, às 11:05, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Cristina Bello, Diretor (a) Executivo (a)**, em 18/03/2026, às 17:06, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mafra, Secretário (a)**, em 19/03/2026, às 08:33, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **28391598** e o código CRC **58C27A35**.

Avenida Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguauçu - CEP 89221-005 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

25.0.189706-9

28391598v14